



***TENSÕES E ENFRENTAMENTOS NA CAMPANHA 'LIBERA MEU XIXI'
E A PRESENÇA DE PESSOAS TRANS NA UNIVERSIDADE***

***TENSIONES Y AFRONTAMIENTO EN LA CAMPAÑA 'LIBERA MEU
XIXI' Y PRESENCIA DE PERSONAS TRANS EN LA UNIVERSIDAD***

***TENSIONS AND CONFRONTATIONS IN THE "LIBERA MEU XIXI"
CAMPAIGN AND THE PRESENCE OF TRANS PEOPLE AT UNIVERSITY***

*Anderson Ferrari*¹

*Carolina dos Santos Bezerra*²

*Roney Polato de Castro*³



RESUMO

O artigo constrói um histórico da campanha “Libera Meu Xixi” na Universidade Federal de Juiz de Fora, visando problematizar as tensões e os efeitos que essa política produziu tanto internamente quanto na comunidade externa. A partir de uma discussão sobre o uso do banheiro por pessoas *trans*, discutimos a atuação da universidade na garantia dos direitos dessa população em meio aos jogos de poder que enredam a micropolítica cotidiana. Pensando nos processos de democratização do ensino superior, argumenta-se sobre a necessidade de um debate mais amplo, que envolve a desnaturalização das noções binárias e cis-heteronormativas de gênero baseadas no biológico como reguladoras dos corpos e limitadoras das experiências dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas *trans*. Universidade. Banheiro. Gênero.

RESUMEN

El artículo construye una historia de la campaña "Libera Meu Xixi" en la Universidad Federal de Juiz de Fora, con el objetivo de problematizar las tensiones y efectos que esta política produjo tanto internamente como en la comunidad externa. A partir de una discusión sobre el uso del baño por parte de las personas trans, se analiza el papel de la

¹ Pós doutor em Cultura Visual e Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

² Doutora em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

³ Doutor em Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Universidade em la garantía de los derechos de esta población en medio de los juegos de poder que enredan la micropolítica cotidiana. Pensando en los procesos de democratización en la educación superior, se argumenta sobre la necesidad de un debate más amplio, que implica la desnaturalización de las nociones biológicas y cis-heteronormativas de género basadas en lo biológico como reguladores de los cuerpos y limitando las vivencias de los sujetos.

PALABRAS CLAVE: Personas trans. Universidad. Baño. Género.

ABSTRACT

The article builds on the history of the 'Liberá Meu Xixi' campaign at the Federal University of Juiz de Fora, with the aim of problematizing the tensions and the effects that this policy has produced both internally and in the external community. From a discussion on the use of the bathroom by Trans people, we discuss the University's performance in guaranteeing the rights of this population in the midst of power games that entangle everyday micropolitics. Thinking about the processes of democratization of higher education, we argue about the need for a broader debate, which involves the denaturalization of binary and cis-heteronormative notions of gender, based on the biological as regulating bodies and limiting subjects' experiences.

KEYWORDS: Trans people. University. Bathroom. Gender.

* * *

Explicitando e localizando o debate

Em 2015 a reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) foi ocupada por estudantes que reivindicavam ações e implementações de políticas institucionais relacionadas às questões da segurança no *campus*, transporte, moradia estudantil, orçamento participativo, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Diretor da instituição. De forma geral, podemos dizer que o principal foco era a assistência estudantil e os diversos auxílios voltados aos/às estudantes, para garantia do acesso e permanência na universidade, daqueles/as oriundos/as dos grupos mais subalternizados e marginalizados da sociedade brasileira.

Na negociação, que durou semanas, o movimento que se intitulou “Ocupa UFJF” garantiu a assinatura de uma carta de compromisso pelo vice-reitor no exercício da reitoria, na qual constavam 39 pontos discutidos, sendo acordado o cumprimento de todos eles. Um desses pontos versava sobre a demanda da comunidade LGBTI+⁴ por

⁴ LGBTI+ é uma sigla que se refere a pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, pessoas *Trans* (travestis, transexuais, pessoas transgêneras), Intersexo e demais identidades e expressões de gênero e sexualidade que são dissidentes das normas.

banheiros que as pessoas *trans*⁵ pudessem frequentar sem a ameaça da transfobia. A especificidade dessa demanda está relacionada a algo vivido socialmente, para além do espaço universitário.

Transfobia traduz-se num conjunto de formas de violência, envolvendo práticas discriminatórias, comportamentos vexatórios e agressivos, atitudes negativas, formas de patologização, estigmatização, exclusões e silenciamentos vividos por pessoas trans, ou seja, pessoas que transgridem as normas de gênero que preveem formas de adequação e complementaridade entre o sexo designado no nascimento a partir dos genitais, as identidades de gênero às quais o sujeito se sentirá pertencendo e a orientação heterossexual do desejo (BUTLER, 2019; 2014). Sendo uma realidade letal para as pessoas *trans*, a transfobia, no ano de 2015, foi responsável por 123 assassinatos no Brasil, um número que se manteve até 2019, com 124 mortes, ocupando a colocação do país como o que mais mata travestis e transexuais no mundo. (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2020).

Desse modo, foi solicitada à Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) a implementação de uma política institucional que garantisse o direito das pessoas *trans* utilizarem o banheiro de acordo com a sua identidade de gênero. O principal objetivo⁶ da DIAAF era/é propor e articular ações que sensibilizem e mobilizem a comunidade universitária para a convivência cidadã com as realidades presentes na diversidade social, relativas aos gêneros, sexualidades, tradições culturais, questões étnico-raciais, vulnerabilidades socioeconômicas, dentre outros. É responsável por implementar e acompanhar as políticas públicas voltadas às ações afirmativas na UFJF e por acolher denúncias a respeito de situações de preconceitos, discriminações e violências diversas.

Em um primeiro momento, foi entregue pelo movimento "Ocupa UFJF" modelos de placas que deveriam ser afixadas nas paredes próximas aos banheiros da Reitoria:

⁵ O termo "pessoas trans" (assim como 'corpos trans', 'sujeitos trans') está sendo utilizado como um termo 'guarda-chuva', para englobar identidades que expressam inconformidade com identidades fixas imputadas na ocasião do nascimento, que determinariam, a partir das genitálias, o gênero dos sujeitos. Portanto, engloba uma diversidade de modos de identificação, como travestis, transexuais, transgêneros etc.

⁶ Informações disponíveis em <https://www.ufjf.br/diaaf/>. Acesso em 04 de setembro de 2020.

Imagem 1: Cartazes sugeridos pelo movimento “Ocupa UFJF” para os banheiros



Fonte: produzidas pela autora e autores do artigo.

A equipe da DIAAF compreendeu que implementar políticas e campanhas como essa exigia tratar sobre um tema que ainda é cercado de muito preconceito e tabu na sociedade brasileira, e exatamente por isso requeria a adoção de estratégias transdisciplinares e interdisciplinares, articulando várias áreas do conhecimento e saberes: comunicacionais, educacionais e do campo de estudos e pesquisas voltados às relações de gênero e sexualidades. Para tanto, solicitou a contribuição e assessoria de pesquisadores/as da universidade sobre o tema, os quais, conjuntamente com a equipe da Diretoria de Comunicação, se debruçaram a pensar uma campanha como parte inicial dessa política de acolhimento das demandas da comunidade *trans*.

A análise dos cartazes propostos pela equipe conduziu a uma série de reflexões sobre como seria a acolhida da campanha e dos cartazes pela comunidade universitária, problematizando sobre os impactos e resistências com os quais teríamos que lidar. A extensa adjetivação para os substantivos MULHER e HOMEM conduzia a uma descrição de tipos, a partir dos marcadores sociais da diferença, que produzia um efeito didático-pedagógico e instrucional que ao invés de promover a inclusão poderia excluir ao deixar de fora uma identidade que nos escapasse, podendo fazer com que alguém não se sentisse representado.

Com a discussão sobre a possibilidade de ações voltadas às pessoas *trans*, pode-se problematizar que elas poderiam ter limites. A configuração política das identidades que demanda isonomia de direitos, políticas públicas e combate às violências, tributária dos movimentos sociais de segunda onda das décadas de 1960 e 1970, frequentemente aciona uma identidade única, homogênea, a partir da qual as demandas são construídas e na qual os sujeitos devem se reconhecer. Há, porém, que se considerar que cada identidade, em si, é fragmentada, múltipla, atravessada por outros marcadores, sendo problemático pretender fixá-la, mesmo que a título de luta política. Ao pensar nas

pessoas trans, percebeu-se que os cartazes indicados pelo movimento estudantil poderiam se configurar como um limitador das experiências de representação, que são subjetivas e constituídas por jogos de forças.

Desse modo, a partir de muita pesquisa, estudo, consulta a diversos setores, inclusive os mais conservadores da universidade, pela equipe, um de seus membros encontrou a página de uma campanha na internet intitulada “Libera o meu xixi⁷”. A Diretora da DIAAF entrou em contato com os administradores e idealizadores da página, solicitando autorização para utilizar o nome, a frase e o cartaz da campanha, adequando-os às reivindicações dos movimentos e ao *layout* institucional da Diretoria de Comunicação e Imagem Institucional da UFJF, o que foi prontamente autorizado.

A campanha⁸ previa a colocação de cartazes nas entradas dos banheiros em todo o campus da universidade, iniciando pelos banheiros da Reitoria. Essa proposta, infelizmente, não ocorreu em todos os banheiros da universidade em função dos enfrentamentos conservadores, como iremos discutir mais à frente. Foi utilizado também um vídeo institucional⁹ didático e pedagogicamente pensado para a sensibilização da comunidade universitária e da sociedade como um todo. A equipe concluiu que a frase “Respeito à Diversidade. Na UFJF você é **livre** para usar o **banheiro** correspondente ao **gênero** com que se **identifica**. Transfobia não!”, teria um efeito educativo e pedagógico no sentido de questionar de maneira mais sutil a imposição das normatividades de gênero, enfatizando o respeito à diversidade e o combate à transfobia.

⁷ Disponível em <https://www.facebook.com/liberameuxixi/>.

⁸ Disponível em <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2015/11/libera-meu-xixi-ufjf-lanca-campanha-em-prol-do-respeito-a-diversidade/>.

⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cCzuqhf11aM>.

Imagem 2: Cartaz afixado nos banheiros do prédio da Reitoria da UFJF.



Fonte: Site da Universidade Federal de Juiz de Fora¹⁰

A frase utilizada no cartaz aciona alguns efeitos ao propor associar respeito, diversidade, liberdade e identidade de gênero. Podemos dizer que tal associação se constitui numa novidade no contexto da UFJF. A campanha evoca uma discussão que costumava estar restrita a determinados âmbitos, como os grupos de pesquisa, disciplinas e eventos específicos do campo de estudos de diversidades sexuais e de gêneros. No contexto de divulgação dos cartazes a identidade de gênero se torna uma questão a ser pensada, tensionando as relações, dividindo opiniões, produzindo dissensos e alianças em torno da ideia de que as pessoas seriam livres para expressar suas identidades. O exercício da liberdade se constrói de maneira articulada ao exercício da democracia, livre expressão e à garantia de direitos.

O sentido de liberdade precisa ser problematizado no contexto dos jogos de forças que compõem as relações entre os sujeitos: na micropolítica cotidiana da universidade, as liberdades são reguladas, a partir de princípios cis-heteronormativos que governam as políticas e as práticas institucionais. Quando precisamos dizer que “*Na UFJF você é livre para usar o banheiro correspondente ao gênero com que se identifica*”, isso significa que os sentidos de liberdade são disputados e que as identidades de gênero são submetidas a regulações que lhes atribuem status de legitimidade ou de invisibilidade.

Além disso, a própria ideia de identidade de gênero, abarcando múltiplas possibilidades de identificação e diferenciação em relação às normas de instituem

¹⁰ Disponível em <https://www.ufjf.br/arquivodenoticias/2015/11/libera-meu-xixi-ufjf-lanca-campanha-em-prol-do-respeito-a-diversidade/>.

sentidos de masculinidades e feminilidades, nos chama a atenção para o fato de que gênero é um organizador social e a base de relações sociais de poder que sustentam hierarquias e violências.

A campanha causou grande impacto não somente na comunidade acadêmica, mas também em outros setores da cidade, sendo motivo de disputas em torno da sua continuidade ou exclusão. São essas tensões e esses enfrentamentos que vamos tomar como foco deste artigo, argumentando que tanto essa campanha, quanto os tensionamentos advindos dela, dizem de uma trajetória de políticas governamentais.

Uma campanha que só foi possível em função de um quadro de avanços nas políticas públicas de educação voltadas para as relações de gênero e diversidade sexual no contexto brasileiro. Foi na década de 1990 que iniciaram as primeiras políticas públicas como resultado da luta do movimento LGBTI+ e suas demandas em tempos de HIV/Aids. Segundo Cláudia Vianna (2012), a introdução de políticas públicas em torno da diversidade sexual na educação diz de um movimento iniciado pela Saúde Pública. “Foi nesse setor que o debate se fez visível e viável, para depois ser, então, inserido nas demandas realizadas por setores da sociedade civil à área da educação”. (VIANNA, 2012, p. 134). Assim, é possível afirmar que a construção de políticas públicas na Saúde (DUARTE, 2014a; 2014b) e na Educação foram responsáveis por mudanças significativas na visibilidade, no conhecimento, na divulgação e no tratamento das doenças e nas questões de promoção da saúde que afligiam a comunidade LGBTI+, gerando também iniciativas de aproximação e reivindicações ao Poder Executivo e, sobretudo, ao Poder Legislativo no sentido de implementar leis que garantissem direitos a esses grupos, como a utilização do nome social¹¹, ampliando a justiça e cidadania às pessoas *trans*.

Entretanto, foi no governo Lula que a diversidade passou a ser reconhecida, a partir da negociação e da representatividade no governo de diversos atores políticos, como integrantes não só de programas e projetos, mas da própria organização administrativa, ocasionando uma modificação no modelo institucional de algumas secretarias, inexistente nos governos anteriores. (VIANNA, 2012, p. 134).

¹¹ Influenciada por essas políticas e atenta às reivindicações do movimento LGBTTI+, a UFJF implementou a utilização do nome social em 2015: <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/26-02-2015/travestis-e-transsexuais-poderao-usar-nome-social-na-ufjf.html>. Posteriormente, em 2017, a decisão foi ampliada para utilização do nome social em diplomas, históricos e certificados.

Foi nesse contexto político de negociação entre o Estado e o movimento LGBTI+ que surgiram os primeiros conjuntos de programas e ações implementadas pelos governos (BRASIL, 2013), com a participação do movimento visando problematizar e modificar o tratamento de discriminação, violência e preconceito que atingia a comunidade LGBTI+. Atualmente essas ações vêm sendo desmobilizadas e atacadas, demonstrando um retrocesso nas conquistas e uma nova postura do governo federal diante da luta por cidadania, direitos e justiça em torno da diversidade sexual e de gênero.

Isso nos leva a apontar que as políticas implementadas desde a década de 1990 podem ser consideradas políticas governamentais e não de Estado, já que não se mantêm independentes dos partidos políticos que estão no poder, não se constituíram em conquistas consolidadas. Ao contrário disso, elas estão no jogo de força atravessadas por relações de poder e resistências, tensões e enfrentamentos entre os grupos que organizam as negociações e os conflitos.

Essas políticas também expressam valores civilizatórios e referenciais epistemológicos que irão tratar de forma diferenciada a diversidade sexual e de gênero, convergindo para um olhar sobre esses corpos, como vidas que importam, como corpos cheios de potencialidade, criatividade e direitos, corpos cidadãos. Desse modo, compreendemos que a elaboração de políticas públicas se desenvolve em um campo de forças e disputas de categorias que constroem os seus sentidos, tanto na relação teoria e prática, por meio das pesquisas e análises das interações e dinâmicas existenciais que esses corpos estabelecem com as diversas instituições da sociedade responsáveis por sua socialização, quanto no contato entre si e as instituições. Essa práxis se desdobra na arena política que apresenta a urgência desses debates na defesa da vida e da sobrevivência desses corpos.

Portanto, o conceito de biopoder de Foucault (2005; 2009) é fundamental para a compreensão de que a morte existe, porque existe a vida. A garantia da vida em alguns grupos necessita se consolidar não somente como uma questão de Direitos Humanos, mas como uma questão ética de defesa da democracia, da diversidade de identidades, problematizando a organização do poder sobre a vida.

Essa biopolítica (FOUCAULT, 2005; 2009) que opera sobre os dispositivos de sexualidade, não pode tratar a necropolítica¹² como algo natural, pois ela existe também

¹² Segundo Achille Mbembe (2018), a necropolítica é a implantação de uma política da morte que se utiliza das tecnologias de poder para a distribuição desigual da exposição à morte e das oportunidades de

para apontar quais sujeitos são puníveis e matáveis, e quais não são, quais possuem vidas precárias que não são passíveis de luto, como assinala Butler (2018) e quais merecem ter a garantia da sobrevivência e defesa das suas vidas: corpos normatizados, regulados e padronizados, cis-heterossexuais, brancos, masculinos e cristãos.

A partir da década de 1990, em função dessas políticas governamentais, as questões sobre diversidade sexual e de gênero adentraram o campo da educação, com ações nas escolas, na formação docente, no currículo, envolvendo a universidade pública com a abordagem de gênero e sexualidade, principalmente com uma perspectiva de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e de promoção de saúde, assim como a conquista de direitos sexuais e reprodutivos. São exemplos disso os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), o Programa Brasil Sem Homofobia (2004), o Programa de Saúde na Escola – PSE (2007) e o Programa Gênero e Diversidade na Escola (2008), enfim, um conjunto de intervenções que também afetaram a produção de conhecimento sobre a diversidade sexual e de gênero na educação, sendo responsável por diferentes ações que eram amparadas por governos que fomentavam novas posturas diante da diversidade que nos constitui.

Ao problematizar as relações dessas políticas com o campo educacional, notamos que apenas mais recentemente as noções de diversidades sexuais e de gênero passam a ser consideradas como aspectos de relevância, ameaçando valores conservadores que incitam reações de perseguição e restrição às abordagens dessas diversidades nas instituições educacionais e de pesquisa.

De uma centralidade nas práticas educativas orientadas pelo ‘risco’ e pelo ‘perigo’ das relações sexuais, sob perspectivas cis-heteronormativas que silenciavam as experiências não-heterossexuais e não-cisgêneras, a partir da proposição de ações de prevenção às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, vemos potencializarem-se outras proposições, que tomam as experiências de gênero e sexualidade como diversas. Tais proposições acolhem as demandas dos movimentos feministas e LGBTI+ e as teorizações do campo interdisciplinar de estudos das relações de gênero e sexualidades, que apontam a educação como lugar de problematização das experiências reguladas pelas normatizações traduzidas nos preconceitos, discriminações

viver e de morrer, operando com a ideia de que algumas vidas valem mais do que outras. Quem não tem valor pode ser descartado.

e violências. As escolas e as universidades se tornam, portanto, espaços que teriam legitimidade para construir e implementar ações visando à transformação social.

Foi nesse contexto que a campanha “Libera o meu xixi” foi construída. Em março de 2015, seguindo ainda a onda iniciada em 1990, a Secretaria de Direitos Humanos, ligada à presidência do governo Dilma Rousseff, publicou a resolução número 12 do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Travestis e Transexuais, que recomendava o uso de banheiro e uniforme escolar de acordo com a identidade de gênero. Todo o processo de elaboração e implementação da campanha, amparava-se também nessa resolução.

A UFJF elaborou e tentou implementar a campanha, como parte de uma política institucional de ampliação dos direitos às pessoas *trans*, que seguia as orientações dos debates e referenciais epistemológicos apontados pela maneira de conceber e articular essas novas categorias em disputa, balizadas pelo Governo Federal e pelos grupos de pesquisa existentes na universidade sobre o tema.

Para compreendermos a complexidade do tema, observamos como as pesquisadoras Adla Teixeira e Ana Raposo (2007) nos mostram que, desde a Educação Infantil, o banheiro se constitui como espaço de disputa e de construção das diferenças de gênero, um ambiente marcado por jogos sexuais, relações de poder, descobertas, violências, ameaças e encontros.

Os banheiros são espaços de alta densidade simbólica para a investigação das relações de gênero e sexualidade no contexto público e escolar. Materializam e expressam concepções e práticas de cuidado do corpo e do meio ambiente – já que são locais de depósito das excreções – marcadas por significados de sexo e gênero: como são arquitetados e organizados? Como são usados? Quem os mantém limpos? Tais questões sugerem reflexões que articula gênero, sexualidade, corpo e educação. (TEIXEIRA e RAPOSO, 2007, p. 1).

Os estudos de Cruz (2011), Dias, Zoboli e Santos (2018) e Scote e Garcia (2020) corroboram esses argumentos e vão além, ao delimitar o banheiro como espaço político de gênero, regulando e constituindo os modos como este se expressa nos corpos, a partir de uma visão binária marcada pelo biológico. Quando o local onde as pessoas *trans* realizam suas funções fisiológicas se torna uma questão, o que está em jogo? O banheiro demarca os corpos sadios e doentes, os corpos adequados e os inadequados. Nesse contexto, as violências transfóbicas, incluindo a limitação do uso desse espaço,

funcionam como reiteração da cis-heteronormatividade, punindo aqueles/as que ousam contradizê-la.

Trazendo essa discussão especificamente para o contexto universitário, Dias, Zoboli e Santos (2018) e Scote e Garcia (2020) apontam o banheiro como um dos entraves para que as pessoas *trans* tenham garantido seu direito ao ensino superior. As políticas de democratização da universidade pública implantadas pelo Governo Federal nas últimas décadas, esbarram nos limites das normatizações que organizam o funcionamento das instituições.

Podemos exemplificar essas questões a partir da análise sobre o maior acesso de estudantes de origem popular proporcionado por programas como o REUNI (Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), o PROUNI (Programa Universidade Para Todos), a adoção do SISU (Sistema de Seleção Unificada), incluindo as políticas de acesso por meio de cotas sociais e étnico-raciais, ainda que tenham favorecido uma parcela da população trans no Brasil, são insuficientes, já que se trata de “pessoas que, geralmente, carregam profundamente as marcas da abjeção intrínsecas em seus corpos e em suas histórias” (SCOTE e GARCIA, 2020, p. 10). Trata-se, portanto, de pensar que tais políticas envolvem mais que o acesso ao ensino superior, mas de construir e implementar estratégias de efetiva permanência a partir da perspectiva de gênero, tendo em vista que a formação universitária pode representar visibilidade, ascensão econômica, social e cultural para as pessoas *trans* (SCOTE e GARCIA, 2020).

O uso dos banheiros não parece sugerir e articular somente gênero, sexualidade, corpo e educação, mas também a dimensão política em suas relações de poder e resistência (FOUCAULT, 2009). A polêmica em torno do uso do banheiro se instaurou nesse jogo com o político. Articulando política à polêmica e problematização, Michel Foucault (2017) vai dizer que a polêmica

define alianças, recruta partidários, produz a coalização de interesses ou opiniões, representa um partido; faz do outro um inimigo portador de interesses opostos contra o qual é preciso lutar até o momento em que vencido, ele nada mais terá a fazer senão se submeter ou desaparecer. (FOUCAULT, 2017, p. 226).

A campanha se transformou em polêmica, perdendo a oportunidade de ser tomada como problematizadora. Na polêmica que se instaurou, a UFJF e, sobretudo, a Diretoria de Ações Afirmativas, responsável pela elaboração da campanha, foram atacadas,

tomadas como inimigas pelos partidários do conservadorismo que tensionaram e enfrentaram os conhecimentos de gênero e sexualidade. São esses dois pontos que queremos problematizar, ou seja, como as políticas públicas ampliam as possibilidades de intervenção no conhecimento, mas também nos convocam a problematizar os enfrentamentos e as tensões advindas delas.

As possibilidades de intervenção no conhecimento a partir de políticas públicas

A campanha “Libera meu xixi” não pode ser reduzida a simples ação de colocação de cartazes nos banheiros, reivindicando esses espaços como mais democráticos e justos para as pessoas *trans*. Ela foi uma campanha que, seguindo as trilhas das políticas públicas daquele momento, buscava instalar a discussão na universidade, tomando-a como espaço do debate público, de construção do conhecimento a partir da problematização da constituição de sujeitos, ou seja, dos questionamentos e conhecimentos que nos constituem, para possibilitar outras formas de ser e estar no mundo. A campanha mantinha a linha de condução das políticas públicas de discussão nas escolas em torno da problematização das identidades de gênero e diversidade sexual, sobretudo na colocação sob suspeita das formas pelas quais vamos considerando algumas identidades como normais e outras como marginais, abjetas, indignas de serem vividas, sendo o banheiro um desses espaços em que essas definições, separações e exclusões vão se renovando cotidianamente.

Colocar em evidência e questionar essas normatividades e performatividades de gênero, como aponta Butler (2019; 2014), foi fundamental para a elaboração de uma política que evidenciava a importância de garantir a utilização de um banheiro público como uma ação afirmativa que visava transformar o olhar que a sociedade tem com relação a esses corpos, retirando-os da margem, da subalternidade, da abjeção, ao transformá-los em corpos dignos de realizarem, como qualquer outro, uma ação considerada ‘natural’, ou seja, uma atividade comum e ordinária, que deveria ser o direito de qualquer ser humano, independentemente de sua identidade de gênero, classe social, pertencimento étnico-racial, religião ou mesmo deficiência. Implicava, portanto, em afirmar um direito básico, que acabou sendo deslocado para a dimensão da sexualidade, tratando os corpos *trans* como possíveis ‘predadores sexuais’, e para a dimensão do binarismo homem/mulher como construções biológicas e não culturais, que deveriam ser assépticas e não contamináveis por aqueles que ousavam subverter

essas normatividades e performatividades de gênero nos locais delimitados e destinados ao trânsito dos seus corpos.

Contribuindo para o debate em torno das políticas públicas e construção de conhecimento, Cláudia Vianna (2012) vai chamar atenção para esse jogo de forças, nos possibilitando dizer que essas novas formas de pensar e o combate a modelos discriminatórios estão organizados por disputas.

O exame das políticas públicas de educação, a partir da perspectiva das relações sociais de gênero, e o contexto no qual elas são produzidas evidenciam um tenso processo de negociação, que determina a supressão e/ou a concretização de reformas, planos, projetos, programas e ações implementados – separada ou articuladamente – pelo Estado e pelos movimentos sociais que pressionam por novas políticas públicas; pela ocupação de espaços na administração pública; e pelo reconhecimento de novas formas de desigualdade. Tanto o Estado quanto os movimentos, nas suas respectivas pluralidades, articulam-se e/ou disputam acirradamente interesses sociais que se fazem presentes nesse processo. Nessa arena de relações necessariamente conflituosas e, por vezes, contraditórias, a formulação dessas políticas, bem como a produção de conhecimento sobre elas, remete à discussão de complexidades. (VIANNA, 2012, p. 130).

A campanha visibilizou toda essa complexidade das relações de gênero, sexualidade e educação dos sujeitos em que o uso do banheiro é apenas a ponta do *iceberg*, invisibiliza afetações mais profundas. O uso do banheiro aciona outros conhecimentos como, por exemplo, como lidamos com as diferenças na UFJF. Elizabete Franco Cruz (2011), também interessada por esse processo de educação dos sujeitos que o banheiro utilizado pelas pessoas *trans* instala, nos coloca algumas questões importantes de serem recuperadas: “por que o lugar no qual a travesti ‘faz xixi’ se tornou uma questão para nós? (...) Quais sujeitos são constituídos com os dispositivos que vigoram no cotidiano? O que ensinamos quando a travesti não tem lugar para ‘fazer xixi’? (CRUZ, 2011, p. 77).

É importante também lembrar que os corpos *trans*, historicamente, sempre foram tratados como aberrações. Foi na década de 1950 que se publicaram os primeiros artigos especificando o ‘fenômeno transexual’, diagnosticado a partir da abjeção que as pessoas transexuais teriam em relação ao seus genitais. Mais tarde, em 1973, passou a ser considerada uma ‘disforia de gênero’, sendo incluída, em 1980, no Código Internacional de Doenças e no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais da Associação

de Psiquiatria Norte-Americana. Nesses manuais, as pessoas *trans* passam a ser enquadradas na categoria ‘transtorno de identidade de gênero’, sendo definidores do transtorno os deslocamentos do gênero em relação ao sexo biológico, já que o gênero ‘normal’ só existiria quando referenciado a um sexo genital que o estabilizaria (BENTO e PELÚCIO, 2012).

Retomando Butler (2019), o que configuraria como um ‘gênero inteligível’ seria justamente a ligação com o sexo e a sexualidade, a referência à diferença sexual e a complementaridade dos sexos, ou seja, “quando se produz no menino a masculinidade e na menina a feminilidade, a heterossexualidade está inserida aí como condição para dar vida e sentido aos gêneros.” (BENTO e PELÚCIO, 2012, p. 572). Considerados como corpos sexualmente anormais, como doentes mentais, durante muito tempo foram trancafiados em hospitais psiquiátricos e submetidos a diversos tipos de tratamento além de procedimentos cirúrgicos e hormonais. A homossexualidade e a transexualidade foram patologizadas e tratadas como doenças. Para refletir sobre isso, basta que relembremos que apenas no ano de 2018 a OMS – Organização Mundial de Saúde retirou a transexualidade da lista de doenças mentais.

Essa forma de conceber e lidar com os sujeitos *trans* possui ligação com o que Paul B. Preciado (2018) denomina de regime farmacopornográfico¹³. Segundo o autor, no final do século XIX, as técnicas de castração e de transplante começaram a ter uma atenção maior dos pesquisadores, no sentido de estudar as substâncias químicas contidas nas glândulas sexuais, conduzindo a experimentos que removiam ovários e testículos de animais e os reimplantavam. “Paradoxalmente, o conceito psicológico de transexualidade que Benjamin popularizara em 1966 surge desses jogos de corta e cola no corpo de animais não humanos, ainda que a noção de ‘sexo psicológico’ entre em conflito com a ideia científica de ‘animalidade’”. (PRECIADO, 2018, p. 179).

Desse modo, os dois novos vetores de produção de subjetividade sexual no meio do século XX vão ao mesmo tempo introduzir a noção de gênero, “como um dispositivo técnico, visual e performativo” (PRECIADO, 2018, p. 226) e trabalhar no sentido de disciplinar esses corpos e as suas sexualidades, por meio da vigilância e do controle social, no sentido de corrigir, reprimir e readequar esses corpos a novas normatividades,

¹³ Para Preciado, a era farmacopornográfica trata de um regime pós-industrial, global e midiático, tomados pelos “processos de governo biomolecular (fármaco-) e semiótico-técnico (-pornô) da subjetividade sexual, dos quais a Pílula e a Playboy são dois resultados paradigmáticos. (...) Durante a segunda metade do século XX, os mecanismos do regime farmacopornográfico serão materializados nos campos da psicologia, da sexologia e da endocrinologia.” (PRECIADO, 2018, p. 36-37).

reorganizando os sistemas médico-jurídico, educacional e médico, que antes operavam a partir do binário hetero/homossexualidade, introduzindo a possibilidade de inventar a mente feminina e masculina

A associação das pessoas *trans* a um ‘fenômeno transexual’ ou ‘disforia de gênero’ nasce da Psiquiatria e da Psicologia, contexto em que a categoria gênero se torna um modo de diferenciar a natureza da cultura, afirmando que o gênero estava na mente dos sujeitos, sendo assim, quaisquer desvios deveriam ser encarados como algo a ser tratado. Os trabalhos de John Money, que cunhou o termo ‘disforia de gênero’, ao ‘tratar’ de bebês intersexuais e hermafroditas, passou a ter na categoria gênero uma ferramenta clínica e de diagnóstico (PRECIADO, 2018). Caberia, portanto, aos profissionais da ‘área psi’, diagnosticar e tratar, a partir de uma ‘intervenção especializada’, para restabelecer “a ordem e a ‘coerência’ entre corpo, gênero e sexualidade”, base para o diagnóstico de gênero (BENTO e PELÚCIO, 2020).

De John Money a Joan Scott (1995) muitos conhecimentos, pesquisas, teorias e epistemologias foram se construindo. Hoje, sabemos que embora as desconstruções das normatividades e performatividades de gênero perpassem a desnaturalização de características construídas social, biopolítica e culturalmente, é importante assinalar as problematizações que Preciado (2018) nos traz, no sentido de avançar sobre um campo do conhecimento construído corporal, material e intelectualmente sob diversos apontamentos.

Até mesmo do ponto de vista biológico e hormonal, as construções de masculinidades e feminilidades são balizadas em um controle e um regime de biopoder, que culminou, no século XX, com uma espécie de panóptico ingerível (PRECIADO, 2018), ou seja, necessitamos romper também com a noção de gênero construída no discurso biotecnológico que consolidou as indústrias médicas, farmacêuticas, laboratoriais e terapêuticas do pós-guerra.

Nesse discurso, as classificações e padrões de masculinidades e feminilidades são construídas a partir da quantidade de hormônios femininos (estrogênio e progesterona) e masculinos (testosterona) que encontramos no corpo humano. Se ambos os sexos biológicos os produzem, em maior ou menor quantidade, o que nos habilita, do ponto de vista de uma existência biológica, a restringir a diferença sexual imutável a dois sexos (homem e mulher) ou a dois gêneros (masculino e feminino), denominando como “desvio” e “patologia” qualquer outro corpo que não se enquadre nesses modelos? (PRECIADO, 2018).

Portanto, pensar sobre as razões pelas quais incomoda tanto a utilização dos banheiros por pessoas *trans*, requer a assunção de uma problemática histórica e biopolítica das violências sofridas por esses corpos, como também a desconstrução das bases históricas dos conceitos de gênero, do que sejam características do masculino e do feminino tanto social, como cultural, biológica e ‘hormonalmente’ falando. Trata-se de implodir essas afetações, por meio da problematização dos equívocos teóricos e epistemológicos construídos na base do conservadorismo, do desconhecimento dos avanços científicos e tecnológicos, da negação da ciência e no governo de um pseudomisticismo que prega o obscurantismo como forma de restringir e negar o acesso da população ao conhecimento.

Os enfrentamentos e tensões

Nos efeitos causados pela campanha, o enfrentamento e a tensão estiveram presentes em vários momentos, resultando, por exemplo, que o debate se prolongasse para além dos muros da UFJF, chegando à imprensa local^{14,15} e nacional¹⁶, Blogs e páginas de movimentos e ativistas LGBTI+¹⁷, Câmara dos Vereadores¹⁸, Igrejas, tornando-se até mesmo tema para questão de concurso público de vestibular¹⁹. No entanto, um deles nos chamou atenção por sua dinâmica de organização, pelos argumentos e por nos colocar diante do nosso compromisso como instituição de ensino e de transformação dos sujeitos através da problematização dos conhecimentos. A UFJF naquela ocasião contava com pesquisadores e pesquisadoras envolvidos/as com as discussões de gênero e sexualidade, nos seus grupos de estudos e pesquisa, nos programas de Pós-graduação, nas disciplinas de graduação e nos projetos de pesquisa e extensão, de maneira que o campo de conhecimento estava bem constituído no interior da instituição, sendo responsável pela construção, ampliação e divulgação do debate.

¹⁴ Disponível em <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/25-11-2015/ufjf-lanca-campanha-em-banheiros-por-respeito-a-diversidade.html>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

¹⁵ Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/11/contra-transfobia-ufjf-libera-uso-de-banheiros-por-todos-os-generos.html>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

¹⁶ Disponível em <https://exame.com/brasil/ufjf-libera-uso-de-banheiros-para-todos-os-generos/>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

¹⁷ Disponível em <http://www.clippinglgbt.com.br/contra-transfobia-ufjf-libera-uso-de-banheiros-por-todos-os-generos/>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

¹⁸ Disponível em <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/11/vereadores-repudiam-adesao-da-ufjf-campanha-libera-meu-xixi.html>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

¹⁹ Disponível em https://www.qconcursos.com/questoes-de-vestibular/questoes?discipline_ids%5B%5D=252&exam_ids%5B%5D=47569&subject_ids%5B%5D=16444. Acesso em 28 de agosto de 2020.

Nesse sentido, a questão que nos confrontou foi a relação do conhecimento com o sujeito, da sexualidade como saber e seus efeitos nas pessoas.

Esses dois fenômenos - de desconhecimento da sexualidade pelo próprio sujeito e de super saber sobre a sexualidade na sociedade - não são fenômenos contraditórios. Eles coexistem efetivamente no Ocidente, e um dos problemas é certamente saber de que modo, em uma sociedade como a nossa, é possível haver essa produção teórica, essa produção especulativa, essa produção analítica sobre a sexualidade no plano cultural e, ao mesmo tempo, um desconhecimento do sujeito a respeito de sua sexualidade. (FOUCAULT, 2017, p. 59).

Talvez o enfrentamento seja organizado por esses dois efeitos levantados por Foucault (2017), que podem ser traduzidos no descompasso entre a produção acadêmica sobre gênero e sexualidade, que sustentam as políticas públicas, e os seus efeitos nos sujeitos, que nos seus desconhecimentos como formas de conhecer se posicionam contrários e vão para o enfrentamento.

Nesse sentido, um enfrentamento nos convocou a dar lugar para esses dois fenômenos, como dissemos anteriormente. Quando a campanha foi anunciada e começou a ser implantada, inicialmente limitada aos banheiros no prédio da reitoria, um estudante do curso de Medicina, recém ingressante na UFJF, se colocou de forma contrária às ações da Diretoria de Ações Afirmativas e solicitou um encontro com a Diretora. Nesse encontro, em que questionava a campanha, o estudante, um homem jovem, branco, alto, loiro e de olhos verdes, questionava de forma tensa e mesmo agressiva à Diretora, querendo saber quais os critérios utilizados para tais ações.

Mesmo diante das justificativas apresentadas, que acionavam as políticas públicas que asseguravam nosso entendimento de que a universidade era o espaço de construção de formas mais democráticas e justas de acesso aos espaços públicos, o estudante contestava utilizando especialmente dois argumentos. O primeiro era que a maioria dos/as estudantes da universidade não eram pessoas *trans* e, portanto, tal campanha não se justificaria, já que a maioria deveria prevalecer sobre a minoria. O segundo era a reivindicação de que se fizesse um plebiscito com a comunidade acadêmica para saber se era contra ou a favor da campanha, argumentando que a maioria seria contra.

Diversas questões, que se articulam na interseccionalidade entre gênero, raça e classe, possibilitam-nos refletir e analisar esses argumentos. Em primeiro lugar o fato da Diretora de Ações Afirmativas ser uma mulher negra e todos os marcadores sociais da

diferença e da construção identitária que isso traz, nos indaga a problematizar quais os lugares na sociedade que os corpos dessas mulheres puderam e podem ocupar histórica e politicamente na sociedade brasileira? Um questionamento que ainda reflete as relações coloniais, escravocratas, patriarcais e judaico-cristãs sobre as quais se desenharam as relações de poder, prestígio e reconhecimento social e, conseqüentemente, a compreensão desses corpos como sujeitos de conhecimento e saber representativos.

Sendo a mulher negra a base da pirâmide social, a sua posição de gestora, que compunha a equipe da Reitoria, não a autorizava a questionar a reprodução dessas bases erigidas sobre os valores do racismo, do preconceito e da discriminação em um espaço acadêmico e institucional. Isso já havia sido percebido nas inúmeras tentativas de diálogo com a Coordenadora do Curso de Medicina, quando a Diretora da DIAAF havia proposto a discussão e a incorporação dos estudos sobre relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade no currículo dos seus cursos, respondendo a uma demanda de estudantes do curso de Medicina que apontavam a necessidade de formação para uma atuação anti-racista junto à população negra, tanto no combate ao racismo estrutural das instituições médicas, como na atenção diferenciada e necessária sobre a saúde da população negra. Outra demanda apresentada pelos/as estudantes tratava da questão da violência de gênero no ambiente acadêmico, por meio dos assédios sexuais e dos estupros relatados, como também da ausência de formação para atuação junto à população LGBTI+, tanto no tocante à promoção da saúde e tratamento de doenças que estatisticamente atingem esse grupo de maneira diferenciada, como também para o atendimento relacionado às suas especificidades que incluem a orientação a cirurgias de readequação sexual, terapias hormonais, etc.

A resistência, a falta de receptividade e o não reconhecimento da autoridade institucional da Diretora da DIAAF pela Coordenadora do curso era especialmente flagrante quando, além de não acatar os apontamentos e ações apresentados pela Diretora, estabelecia uma relação de contato direto com o vice-reitor em exercício, para tratar de assuntos que não eram da sua competência, como, por exemplo, a atenção e acompanhamento de um aluno da medicina que havia sido expulso de casa e vinha sofrendo homofobia da família. Quando o vice-reitor a questionava por não tratar desses assuntos diretamente com a Diretora da DIAAF, ela respondia “*Ela é pedagoga, não entende disso*”, evidenciando que a lógica de desqualificação e menosprezo pessoal, intelectual e profissional, perpassava e enfatizava ainda mais o racismo presente nas

instituições brasileiras, como uma estrutura que perpassa e atravessa desde os seus gestores e docentes, até os seus estudantes.

Um outro aspecto importante para a problematização dos mecanismos de implementação de políticas públicas de ação afirmativa é a assunção que, do ponto de vista da defesa da vida e dos Direitos Humanos, os princípios éticos que são acionados referem-se exclusivamente à defesa da existência e da garantia de sobrevivência a grupos que estatisticamente têm sofrido com índices alarmantes de violência, tendo sido mortos e exterminados de maneira brutal. A elaboração de políticas que intervenham nessa situação não é passível de responder a uma 'ditadura da maioria', ou a consultas públicas e plebiscitos com vistas a sua aprovação, trata-se muito mais de uma política de caráter educativo e anti-discriminatória, que se apresenta com o intuito de defender e garantir valores democráticos, princípios constitucionais e cidadãos, na defesa do Estado Democrático de Direito:

Um governo baseado em políticas públicas representa uma etapa de maturidade institucional, que consolida a fusão entre integridade e identidade. Usando um sistema jurídico estruturado, um governo elabora seu plano de intervenção para que os direitos sociais e econômicos sejam efetivamente colocados em prática. Isso significa uma mudança completa de abordagem no que diz respeito à legislação. Ao invés de criminalizar comportamentos indesejáveis como forma de evitar a instabilidade social, uma nova agenda de políticas públicas é estabelecida para garantir o acesso a um sistema de saúde mais eficiente, a um sistema mais estruturado de educação pública e de assistência social. Essas medidas de política pública são subsidiárias da reconstrução de um quadro institucional político cujo objetivo é avaliar moralmente os mecanismos de formulação de leis e as consequências de um sistema jurídico, inclusive o raciocínio judicial. Metodologicamente, aqui está o escopo de uma interpretação criativa de regras e princípios embutidos na ordem normativa, que é o propósito prático da teoria jurídica de Bankowskian de viver legalmente. Munida de um arsenal jurídico, é possível estabelecer políticas sociais públicas cujo objetivo principal é ativar os princípios jurídicos e a fusão da integridade e da identidade. O direito como identidade objetiva uma pequena revolução na leitura constitucional que, causará uma mudança estrutural na interpretação judicial das normas jurídicas. A leitura da implementação legislativa por meio de um novo mecanismo certamente contribuirá para uma virada fundamental na construção de um raciocínio judicial e, sobretudo, jurídico, considerando a infraestrutura ideológica estabelecida por uma Constituição. (FERES, 2013, p.1160-1161 - *tradução nossa*²⁰.)

²⁰ A government based on public policies represents a stage of institutional maturity, which consolidates the merger between integrity and identity. Using a structured legal system, a government works its interventional plan so that social and economic rights are effectively put into practice. This signifies a complete change of approach as far as law making is concerned. Instead of criminalizing undesirable

Outro enfrentamento extremamente violento, com traços de fascismo e de defesa de interesses religiosos, ideológicos e de grupos de interesse político, diz respeito aos embates que a universidade teve que lidar com relação à Câmara Municipal de Juiz de Fora, que aprovou uma moção de repúdio²¹. A Diretora de Ações Afirmativas da Universidade se dirigiu a uma sessão na câmara, solicitou a palavra e foi impedida de falar, explicar e esclarecer quais os princípios e valores que orientaram a implantação da campanha. Percebendo uma resistência com relação a qualquer forma de produção de conhecimento sobre o assunto e abertura para o diálogo, tornou-se evidente que as posições já estavam tomadas e que não havia nenhuma intenção de escuta.

Notou-se que os enunciados discursivamente produzidos se apresentavam como moralmente comprometidos com os interesses políticos que visavam à defesa da família, da tradição e dos valores ditos cristãos, advogavam pelo interesse privado de certos grupos políticos, que se mantinham no poder pelo desconhecimento, manipulação e inversão dos sentidos que balizam os conceitos e esclarecem as categorias que estão em disputa no jogo de forças políticas.

Houve manifestações e artigos contrários publicados no jornal local²², que foram respondidos pela instituição, por meio da DIAAF²³. Por outro lado, a universidade também recebeu uma Nota de Aplauso emitida pela Coordenadoria Especial de Políticas de Diversidade Sexual, da Secretaria de Estado de Direitos Humanos do Governo de Minas Gerais. A questão termina por apontar, como assinalado anteriormente, que as políticas governamentais, aliadas com os valores progressistas e de defesa da

behaviors as a means of avoiding social instability, a new agenda of public policies is established so as to guarantee access to a more efficient health care system, a better structured system of public education, and of social assistance. These public policy measures are a subsidiary to the reconstruction of a political institutional framework whose goal is to morally evaluate the mechanisms of law making and the consequences of a legal system, judicial reasoning included. Methodologically, here lies the scope of a creative interpretation of rules and principles embedded in the normative order, which is the practical purpose of Bankowskian legal theory of living lawfully. Armed with a legal arsenal, it is possible to establish public social policies whose main objective is to activate legal principles and the merger of integrity and identity. Law as identity objectivizes a minor revolution in Constitutional reading which, will cause a structural change in the judicial interpretation of legal norms. Reading the legislative implementation through a new mechanism will certainly contribute to a fundamental turn in the construction of a judicial, and above all, legal reasoning, considering the ideological infrastructure established by a Constitution.

²¹ Disponível em <https://tribunademinas.com.br/noticias/cidade/28-11-2015/uso-de-banheiro-na-ufjf-provoca-polemica.html>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

²² Disponível em <https://tribunademinas.com.br/opiniaio/tribuna-livre/27-11-2015/uso-de-banheiros-publicos-na-ufjf.html>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

²³ Disponível em <https://tribunademinas.com.br/opiniaio/tribuna-livre/29-11-2015/direitos-humanos-e-transfobia.html>. Acesso em 28 de agosto de 2020.

diversidade e dos Direitos Humanos, encontraram eco, apoio e respaldo das diferentes instituições que defendiam a construção de um estado da arte e do conhecimento sobre os estudos de gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que foram duramente combatidas por setores conservadores e ligados à interesses privados, à bancada ruralista e evangélica que se encontra no poder nos dias atuais.

Considerações finais

Ao expor nossos argumentos, produzindo um registro histórico das disputas em torno das políticas de gênero em uma universidade pública, intentamos contribuir não para o encerramento, mas para a potencialização do debate. Queremos ampliar a discussão sobre o que significa tomar a universidade como espaço democrático, justo, inclusivo, diverso, para todas e todos, como preconizam alguns textos jurídicos e de políticas públicas. Partimos de uma micropolítica dos jogos de poder na UFJF para pensar que as políticas públicas reverberam de diferentes modos nos contextos institucionais. No caso aqui analisado, a universidade se colocou a pensar nos limites de sua atuação, buscando implementar uma política que garantisse um direito básico – o uso do banheiro – mas, que também produziu um debate mais amplo, tendo em vista sua função enquanto promotora do avanço no conhecimento, na inovação pedagógica e na transformação social.

A questão “Que universidade queremos?” nos parece crucial para problematizar o alcance do nosso debate e as zonas de tensão que ele produz, junto às concepções de outros grupos e sujeitos. As resistências que buscamos apresentar, que vão desde estudantes contrários à campanha até a moção de repúdio pela Câmara Municipal e comentários pejorativos publicados num jornal local, dizem dessas tensões. Em certa medida, isso era esperado, já que uma das questões que nos parece central é a ampliação de um debate que vem ficando, frequentemente, restrito aos ‘muros’ da universidade.

Se essa instituição pretende impactar, de algum modo, a sociedade, como fazer circular os conhecimentos produzidos? Como fazer com que cheguem às pessoas que não habitam o ‘meio’ acadêmico e não partilham de sua ‘linguagem’, por vezes, excludente? Além disso, diante dos tensionamentos internos à instituição, as correlações de forças precisam ser pensadas. Como anunciado na abertura do artigo, a campanha “Libera Meu Xixi” ficou restrita aos banheiros dos prédios da Reitoria, ou seja, nas diversas unidades acadêmicas o debate avança em outro ritmo, a depender de

negociações que vão se produzindo à medida que o debate chega aos departamentos, conselhos de unidade, coordenações de cursos, como também às pautas políticas defendidas por cada gestão.

Amparada/os nos estudos que compõem este artigo, nosso argumento vai na direção de que os processos de democratização do ensino superior requerem não apenas rever as condições de acesso à universidade, mas assegurar que existam políticas de permanência, que promovam a inclusão e garantam a conclusão dos cursos, sem que a trajetória de estudo se torne um ‘pesadelo’ de constantes injúrias, constrangimentos e violências transfóbicas. A utilização do banheiro de acordo com a identidade de gênero, a discussão sobre os usos dos nomes social ou de registro, de acordo com as especificidades de cada estudante *trans*, o acolhimento e averiguação de denúncias de preconceito, são medidas básicas para garantir a permanência. Porém, refletindo sobre as interseccionalidades que compõem os processos identitários, há que pensar nas políticas de acolhimento, de assistência, de moradia estudantil, de alimentação, na formação de funcionários/as, profissionais técnico-administrativos/as e docentes para as questões de gênero e sexualidade, entre tantas outras. Há que se pensar, inclusive, na ausência de uma discussão qualificada, fundamentada, nos diferentes cursos de graduação da universidade, o que ampliaria a possibilidade do debate.

É importante lembrar e reafirmar que a construção e a implementação das políticas não se deram sem que o movimento estudantil e, posteriormente, os coletivos e grupos de pesquisa LGBTI+ demandassem tais políticas. Ou seja, a garantia dos direitos vem sendo reivindicada por grupos e sujeitos que são historicamente colocados à margem, colocando sob suspeita sentidos de democracia, inclusão e diversidade. As universidades, enquanto instituições sociais, são produtoras e reprodutoras da cis-heteronormatividade, do racismo institucional, dos binarismos de gênero que territorializam os espaços arquitetônicos e normatizam os corpos que por eles circulam ou que são impedidos de por eles circular.

Assim, não se trata apenas de instituir leis e normativas, mas investir numa mudança de mentalidades, imaginários e de costumes. Como uma tecnologia de gênero (PRECIADO, 2018), os banheiros instituem os limites para as expressões dos corpos, enquadram cada corpo de acordo com a lógica dicotômica masculino-pênis *versus* feminino-vulva. Assim, a discussão da campanha “Libera Meu Xixi” é também a oportunidade de discutir outras questões, como aponta Cruz (2011): problematizar as construções das identidades de gênero e suas implicações para os sujeitos e para as

instituições; problematizar as construções das identidades de gênero na perspectiva de rompimento com uma perspectiva binária de gênero estabelecida a partir do ‘fato’ biológico e das possibilidades de reinvenção de sentidos de masculinidades e feminilidades. Questionar, se os corpos definem os sujeitos, quais corpos são possíveis, se apenas dois modelos de corpos (masculino ou feminino) dão conta das experiências subjetivas socioculturais que atravessam esses corpos.

Desnaturalizar o uso do banheiro e sua demarcação binária clássica – masculino ou feminino e desconstruir o lugar do ‘biológico’ como fundante do gênero, como propõe Cruz (2011) é uma ação que compõe alguns dos caminhos para responder à questão “Que universidade queremos?”. Se pessoas *trans* estão nas universidades, precisamos estar atentos/as às práticas discursivas e não discursivas que instituem os efeitos de realidade que sustentam a presença desses sujeitos (CRUZ, 2011). Silenciar ou evitar o debate seria, portanto, um apagamento das diferenças, na sua potencialidade de deslocar saberes, práticas e currículos. Daí nos perguntamos: por que a presença das pessoas *trans* nos banheiros e em outras instâncias da universidade é ‘perturbadora’? Que interpelações ela produz nos sujeitos cisgêneros? Como ela os afeta, de modo a produzir resistências ou alianças? Questões fundamentais para continuarmos o debate.

Referências

BENEVIDES, Bruna G.; NOGUEIRA, Sayonra Naider Bonfim. Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em 26 de julho de 2020.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 569-581, maio-agosto de 2012. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a17.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** - 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 249-274, jun. 2014. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000100249&lng=pt&nrm=iso.

CRUZ, Elizabete Franco. Banheiros, travestis, relações de gênero e diferenças no cotidiano da escola. In: **Revista de Psicologia Política**, São Paulo, v. 11 n. 21, p. 73-90, junho de 2011. Disponível em
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3895340>. Acesso em 27 de julho de 2020.

DIAS, Alfrâncio F.; ZOBOLI, Fabio; SANTOS, Adriana Lohana dos. O banheiro como espaço político de gênero. **Reflexão & Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 26, n. 2, p. 165-181, maio/agosto de 2018. Disponível em
<https://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/11734/pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2020.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Cuidado de si e diversidade sexual: Capturas, rupturas e resistências na produção de políticas e direitos LGBT no campo da saúde. In: RODRIGUES, A et al. (Org.). **Transposições: Lugares e fronteiras em sexualidade e educação**. Vitória: EdUFES, 2014a.

DUARTE, Marco José de Oliveira. Saúde, cuidado e diversidade sexual: A temática da transexualidade na atenção básica em saúde. In: COELHO, M. T. A. D.; SAMPAIO, L. L. P (Org.). **Transexualidades: Um olhar multidisciplinar**. Salvador: EdUFBA, 2014b.

FERES, Marcos Vinício Chein. Law as Integrity and Law as Identity: Legal Reasoning, State Intervention, and Public Policies. In: **German Law Journal**. Volume 14. Issue 8 (Special Issue - Constitutional Reasoning). 01 de agosto de 2013, pp. 1147-1162.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política**. Organização, seleção de textos e revisão técnica: Manoel Barros da Motta. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PRECIADO, Paul B. **Testo Junkie: Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

SCOTE, Fausto D.; GARCIA, Marcos R. V. Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 38, n.2, p. 01-25, abril-junho de 2020. Disponível em
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2020.e65334/pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2020.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, pp. 71-99, jul./dez. 1995.

TEIXEIRA, Adla B. Martins; & RAPOSO, Ana E. S. Silva. (2007-outubro). Banheiros escolares promotores de diferenças de gênero. GT Gênero, Sexualidade e Educação. 30ª Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação. Minas Gerais: Caxambu.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo com a produção acadêmica. *Pro-Posições*, Campinas, v. 23, n. 2 (68), p. 127-143, maio/ago. 2012.

Recebido em setembro de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

Revista
Diversidade
e Educação